

REGISTROS DE MOÇÕES DA III CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

NÚMERO DA MOÇÃO	DATA	TÍTULO	DESTINATÁRIO	TEXTO
1	28/11/2013	Relançamento do edital: "Projeto Funarte Além dos Limites"	Funarte/MinC	<p>Nós delegados da Conferência Nacional de Cultura , realizada em Brasília /DF entre os dias 27 de novembro a 01 de dezembro de 2013, defendemos o reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos de direitos , na garantia de acessibilidade para seu exercício pleno de cidadania e participação social.Para tal , é imprescindível a garantia da integração social da pessoa com deficiência através de ações governamentais pautadas na eliminação de qualquer forma de discriminação e no estímulo á produção artística e sua disseminação.Nesse contexto , manifestamos nosso apoio ao relançamento do edital "Projeto Funarte"-Além dos Limites" do Programa Arte sem Barreiras, instrumento de fomento que contribui para o desenvolvimento das atividades artísticas voltadas para inclusão de artistas com deficiência , por meio da montagem de espetáculo ou realização de exposição de artes visuais.O edital ,lançado em 2006,se mostrou de relevada importância para a viabilização e circulação de bens culturais produzidos por pessoas com deficiência , organizadas em produções individuais ou em grupos.Moção de Apoio ao Relançamento do edital " Projeto Funarte Além dos Limites", do programa arte sem barreiras , integrado á implantação das políticas de acessibilidade e incentivo cultural.</p>
2	29/11/2013	Paralisação sobre a PEC/150	Presidência	<p>Considerando a Cultura um instrumento de transformação , iremos através desse manifesto solicitar a priorização de votação da PEC/150 em caráter de urgentíssima situação para ser aprovado ainda em 2013.</p>

3	29/11/2013	Apoio ao Projeto da Lei: 393/2011, do Deputado Newto Lima	Câmara dos Deputados	<p>Manifestamos apoio ao projeto de lei 393/2011 do Deputado:Newton Lima em debate no Congresso Nacional , que modifica o artigo 20 do código Civil pondo fim á censura prévia ás biografias e a qualquer outra forma artística ou acadêmica .Garante o acesso a informação á nossa própria história e á produção cultural.Acompanhamos os manifestos de apoio ao projeto de lei: da Bienal do Livro de São Paulo , da Festa Literária de Paraty a Carta de Ouro Preto, a carta de Fortaleza , da Academia de Brasília de Letras , da União Brasileira de Escritores , da Feira do Livro de Brasília .Trata-se de um movimento da sociedade brasileira que tem por finalidade remover essa anomalia que voltou serrateiramente a se obrigar na lesigilação brasileira.O código civil está em desacordo com a Constituição , que garante o direito á privacidade e o direito á liberdade de expressão e o direito á informação de forma equilibrada, observando os princípios democráticos de freios e contrapesos.O artigo 20 do código civil , vigente , desequilibra os direitos , coloca o direito á privacidade acima dos demais direitos .Produtores de teatro , de cinema, editoras estão enfrentando problemas com a ofensiva de celebridades e herdeiros .Todos temem advogados e juízes , que se apoiam na legislação vigente provocando assim generalizada insegurança jurídica .Apoiamos o rito sumário para os processos com base no Código Penal e na Lei 9099/95, que trata dos juizados especiais .Resolve o problema das vítimas de crimes de personalidade e que sofrem com a morosidade da justiça.</p>
4	30/11/2013	Acessibilidae	Ministério da Cultura	<p>A ACAAPE -Associação Cultural e Assistencial dos Artistas de PE e Sociedade dos Forrozeiros de PE.Associação de Músicos , Federação de Teatro, vêm através dessa moção dar voto de aplausos a Fundape -Amatio 6ª região , Astro 6ª região pelo apoio ao Projeto do Ponto de Cultura da ACAAPE. Onde inclui deficientes visuais no 1º curso de Teoria Musical em Libras , com resultado de formação da banda PALAVRA ILEGÍVEL e da banda Batuqueiros , do Bitêncio que deverá servir de exemplo para que o Ministério da Cultura expanda para todo o País .</p>
5	30/11/2013	Reconhecimento Nominal dos Povos Ciganos	Ministério da Cultura	<p>Povos Ciganos: Para que onde o decreto 6040 , as leis : 10.639, á 11.645 e a Conveção 169(OIT), não nominarem os" Povos Ciganos" que estes sejam automaticamente reconhecidos .DECRETO 6040 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais.</p>

6	30/11/2013	Valorização: Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Bibliotecários	3º Conferência Nacional de Cultura 2013- Ministério da Cultura	Implantar projeto lei fundo de infraestrutura física para manutenção preventiva e corretiva das bibliotecas. Formar agentes de leitura para as bibliotecas públicas. Implantação do plano de capacitação cultural de profissionais em bibliotecas. Fortalecimento das bibliotecas existentes e criação de novas bibliotecas conforme diretrizes do 'PNC'- MINC. (Ex. Bibliotecas, Parque). Realizar concurso público para as bibliotecas públicas. Desenvolver projetos de distribuição de livros e periódicos para criar ou ampliar o acervo em presídios, Asilos, Hospitais, Orfanatos e Ongs. Criação de censo nacional periódico das bibliotecas com indicadores de desenvolvimento e atuação do acervo; profissionais; investimentos, periodicidade máxima de ocorrência a cada 3 anos. Criação de indicadores municipais para as bibliotecas que sejam factíveis e mensuráveis em todo território nacional para estabelecer padrão de monitoramento e avaliação de qualidade. Criar linha de financiamento permanente para ampliar e atualizar a infraestrutura tecnológica das bibliotecas. Promover a capacitação dos funcionários da biblioteca e a participação em eventos da área por meio de subsídios financeiros. Ampliar a formação de agentes de leitura para bibliotecas públicas. Formação dos funcionários da biblioteca em "EAD". Elaboração do plano de política nacional para orientação no desenvolvimento de conteúdo digital das bibliotecas públicas nas mídias sociais. Adoção de 15% para fundo cultural das bibliotecas públicas, percentual obtido dos 2% do fundo nacional de cultura (orçamento geral) 2014 com aumento progressivo de 5% até 2024. Criação de biblioteca pública móvel e biblioteca móvel.
7	30/11/2013	Políticas Afirmativas para o MinC	Ministério da Cultura	Considerando que: 1º Mais da metade da população brasileira é negra de origem africana. 2º A mais de dois anos o Brasil discute e aprova leis e ações de promoção da igualdade. 3º A própria Ministra da Cultura Sra. Marta Suplicy reconheceu, em seu discurso na abertura desta conferência que a matriz da cultura brasileira é africana. Nós delegados na terceira conferência nacional de cultura indicamos ao Ministério da Cultura a implantação da política cultural, afirmativa com cotas de participação de artistas negro e definição de percentual de financiamento para as culturas afro-brasileiras e exigimos a imediata aceitação.
8	30/11/2013	Conferência Nacional de Cultura e Comunicação	Ministério da Cultura e Ministério da Comunicação	Já foram realizadas três Conferências Nacionais de Cultura e uma Conferência Nacional de Comunicação, levando em consideração a relevância das conexões entre as duas áreas e avaliando o grande número de propostas convergentes trazidas para esta conferência de cultura, entendemos que é chegada a hora da realização de uma Conferência Nacional de Cultura e Comunicação, de caráter integrado e intersetorial.
9	30/11/2013	Aprovação Projeto de Lei Procultura 1139/2007	Ministério da Cultura	Os delegados da III Conferência Nacional de Cultura abaixo assinalados apresentam que se garanta a aprovação do Projeto de lei pró-cultura nº 1.139/2007, que visa o repasse fundo a fundo entre o Distrito Federal, a união os Estados, os Municípios em conformidade com as determinações do Sistema Nacional de Cultura.
10	29/11/2013	Garantia do recurso do Pré-Sal para a Cultura	Ministério da Cultura	Os delegados da III Conferência Nacional de Cultura abaixo assinados apresentam pela garantia de que pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam destinados a Cultura. Pois entendemos que assim teremos o fortalecimento da cultura em nosso país.

11	30/11/2013	Relatório de Representação por Estado	Ministério da Cultura	Moção relacionada ao Eixo 1, sub-eixo 1.1 PALAVRA ILEGÍVEL Legais , participação e controle social e funcionamento dos Sistemas Municipais , Estaduais , Distrito Federal e Setoriais de Cultura , de acordo com os princípios constitucionais do Sistema Nacional de Cultura.Implantar 1(um) escritório de representação do Ministério da Cultura em cada Estadual de Federação , não adotando o critério de regionalização atualmente em vigor que não contempla a interlocução dos Estados com o MinC.
12	30/11/2013	S.O.S Teatro Estadual	Governo do estado de Rondônia	Nós delegados e delegadas da III Conferência Nacional de Cultura , queremos expressar através desta moção a necessidade da conclusão do Teatro do Estado de Rondônia, que se encontra a construção sem conclusão há mais de dez anos.Somos a favor que o mesmo seja concluído e destinado recursos para toda cadeia produtora.
13	30/11/2013	Reconhecimento Música Sertaneja , Raíz em Patrimônio Cultural e Material	IPHAN	Transformar a música sertaneja raíz em patrimônio cultural material .Surgiu em 1910 com o nome de música caipira criada por Cornélio Pires através do tempo ela vem sofrendo transformações .Hoje precisa de uma atenção especial pode cair no esquecimento; seus estados de origem são: São Paulo, Minas Gerias, Paraná ,Goiás,Mato Grosso, Mato Grosso do Sul ,Tocantis, Distrito Federal e Rondônia.
14	30/11/2013	Implantação do Sistema Estadual de Cultura de São Paulo	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	Nós delegados (as) de cultura do estado de São Paulo , exigimos a constituição imediata de uma comissão , formada pelo poder público e a sociedade civil,para a formulação de um planejamento e o encaminhamento dos trabalhos de implementação do Sistema de Cultura do Estado de São Paulo. É imprescindível que São Paulo , estado mais rico da federação abra o diálogo com a sociedade civil,afim de constituir um plano estadual de cultura democrático e participativa.
15	30/11/2013	Adesão das Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura	Ministério da Cultura	Os delegados da III Conferência Nacional de Cultura vêm através desta , solicitar que o artesanato esteja presente nas secretarias de cultura municipais e estaduais e que tenham assento nos conselhos municipais e estaduais de cultura fazendo desta maneira a validade do CPF da cultura "conselho", plano e fundo ", segundo o SNC"Sistema Nacional de Cultura".
16	29/11/2013	Apoio a Capoeira e aos Griôs	Ministério da Cultura e Fundação Palmares	Que o Ministério da Cultura e a fundação Palmares criem Plano Nacional de Capoeira e reconheça os Mestres de Capoeira e os Griôs e afoxés ,com documentos expedidos pelos órgãos citados e que se crie um fundo no Ministério da Cultura e na Fundação Palmares para os seguintes citados.
17	30/11/2013	Inclusão dos Artesãos nas Conferências	Ministério da Cultura	Vimos por meio desta , solicitar o apoio dos delegados da III Conferência Nacional de Cultura para que nas Conferência (CNC), todos os artesãos participantes como delegados , observadores ou convidados possam e tenham um espaço digno para expor seus trabalhos.

18	30/11/2013	Repúdio ao Hotel Bay Park	Ministério da Cultura do Brasil	Devido a reincidência de posturas com erros gravíssimos praticados pelo Hotel Bay Park resolvemos encaminhar nesta moção.No referido Hotel sofremos todos os tipos de transtornos possíveis e imagináveis , tais como:desaparecimento de celulares e cartões de crédito, conferencistas mau alojados alguns deles dormindo no chão , refeições de péssimas qualidades ,limitando horário de jantar até as 19:00 deixando muitos sem alimento,atendimento grosseiro, preconceito velado contra o povo de matriz africana , derramamento de desinfetante sobre congressistas que chegavam ao Hotel, com tudo isso demonstrando(total falta de capacidade em receber hospedes para qualquer evento desse porte , sendo assim,solicitamos)1ºNão pagamento integral dos valores acordados com o Hotel Bay Park , porque , reavaliando os mesmos.2ºExclusão do Hotel Bay Park porque em futuros convênios ou acordos para acomodação ou refeições. Obs: Nossa vontade real seria propor "demolição" do Hotel Bya Park, mas como isso não seria possível o atendimento ás duas solicitações citadas já contemplaria não repetir tais fatos no futuro. A cultura merece ser tratada com respeito e Dignidade.
19	30/11/2013	Instituir um programa de Apoio á Artistas de Rua e Nômades	Ministério da Cultura	Instituir um programa de apoio á " Artistas de Rua" e "Nomades" considerando suas necessidades específicas , para a garantia de direitos trabalhistas , previdenciários e condições de pleno exercícos de suas atividades profissionais.
20	30/11/2013	A Cultura pede Inclusão e Acesso	Ministério da Cultura	Convoco em todos os âmbitos , União Estadual e Municipal , Federal, que em todos os programas e projetos de fato garantam e assegurem a plena acessibilidade e inclusão na capacitação, informações, com profissionais qualificados; em todos os seguimentos culturais do País.
21	30/11/2013	Preservação de Patrimônio Cultural do Piauí	MinC-Ministério da Cultura	Contratação de serviços de engenharia para a conservação , consolidação estrutural e manutenção arquetônica da Casa de Fazenda da comunidade Olho D'Água dos Negros em Esperantina -PI.
22	30/11/2013	Valorização e Fomento de Iniciativas Culturais	Ministério da Cultura	Nós delegados da III Conferência Nacional da Cultura , reunidos em Brasília no período de 27 de Novembro a 01 de Dezembro, com o objetivo de valorizar e formentar as iniciativas culturais , solicitamos a imediata inclusão das criações culturais e funcionais (design, moda , arquitetura , etc)em editais,leis de incentivo, e Fundos de Cultura, bem como o cadastramento de qualificação de novos pareceristas especializados em criações culturais e funcionais.Solicitamos ainda que produtores artisticos-culturais e da economia criativa possam usufruir dos benefícios do regime de tributação simples, dentro das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais.

23	30/11/2013	Lei de Mestres (PL 1176/2011) e Lei Eriô(1786/2011)	MinC e Comissão de Cultura da Câmara	<p>Apoiamos o aprofundamento do progresso de discussão e de consulta pública para a construção do substitutivo dos projetos de lei 1176/2011 (Lei de Mestres-Edson Santos-PT/RJ e 1786/2011 (Lei Eriô-Jandira Peehali -PCdoB/RJ). Cientes da importância estratégica desse projeto e da sua complexidade , conclamamos o Ministério da Cultura e a comissão de cultura da Câmara dos Deputados a unir forças para que um número muito maior de audiências públicas seja realizado.Poderão ser utilizadas diversas ferramentas de consulta mas é imprescindível que os próprios mestres e mestras possam ser ouvidos presencialmente valendo -se de seus modos tradicionais de expressão e de organização e diminuindo-se os intermediários do processos. Até o momento a despeito das mobilizações propostas pela sociedade civil, os responsáveis pouco ouviram os verdadeiros beneficiários da lei. A despeito do processo de tramitação da lei que pode demorar anos, solicitamos ao MinC que seja criado imediatamente um Programa Nacional de Proteção e Valorização das Culturas Populares e Tradicionais ,transversal às metas 2,3,4,,6,7,23 e 47 do Plano Nacional de Cultura garantindo a definição de responsabilidades institucionais, estrutura organizacional ,recursos orçamentários pessoal e tecnológico para sua implementação.</p>
24	30/11/2013	Representação das Culturas Populares e Tradicionais da CNIC	Henilton Menezes SEFIC	<p>Inserir o campo/setor das Culturas Populares e Tradicionais no processo de inscrição e utilização de recursos da Lei de Incentivo Federal, criando sua representação na Comissão Nacional de Incentivo á Cultura através de dois representantes titulares e dois suplentes , oriundos de instituições populares e tradicionais nacionais"Conforme o art.39 do Decreto 5.761/2006, a Comissão Nacional de Incentivo á Cultura é formada por representantes das entidades representativas dos setores artístico e cultural , e do empresariado nacional, com mandato de dois anos. Os demais membros da CNIC são o Ministério da Cultura, que a preside da entidade nacional que congrega os Secretários de Cultura das unidades federadas.Atualmente é formada por representantes da sociedade civil-sete titulares e 14 suplentes, nas seguintes áreas:Artes Cênicas ,Arste Visuais,Audiovisual,Empresariado Ncional,Humanidades,Música e Patrimônio- e o Poder Público.Os representantes civis são indicados por entidades de caráter associativo e representativas do setor cultural, artístico ou do empresariado, selecionadas por meio de edital.Como se vê, está ausente na sua composição, representação direta e identificada das culturas populares e tradicionais, sendo os temas que lhe são relacionados, tratados por outras áreas culturais.Considerando a importância da diversidade cultural como patrimônio brasileiro, que se reflete no sem número de manifestações , saberes e fazeres de culturas populares tradicionais, impõe-se que esse segmento/área/setoresesteja representado democraticamente na composição da CNIC,de forma direta. Esta demanda tem fundamentação em proposição da Comissão Nacional de Folclore, reunida no Congresso Brasileiro de Folclore,através de moção encaminhada ao Colegiado Setorial para Culturas Populares /MinC, e por esse encampada e encaminhada ao MinC.Da mesma forma , por sua importância, Fórum das Culturas Populares também se soma ao esforço nacional para inclusão das Culturas Populares Tradicionais , com identidade própria , na composição da CNIC.</p>
25	30/11/2013	Orçamento Participativo no MinC	Ministério da Cultura	<p>Ampliar o processo democrático por meio da implantação do orçamento participativo no SNC, com destaque para a adoção do MINC a partir de 2014.</p>

26	29/11/2013	Moção de apoio a Emenda do Senado para Teatro, Dança e Circo	Ministra da Cultura, Relator do Orçamento, Senado PALAVRA ILEGÍVEL	Os delegados e delegadas da III CNC, apoiam a aprovação sem cortes da emenda orçamentária da comissão de educação, cultura e esportes do Senado Federal, a qual destina 600 milhões para FUNARTE - especificamente para o prêmio Myriam Muniz (teatro), Klaus Vianna (dança) e Carequinha (circo). Devido a estes serem os únicos apoios federais destinados a estas áreas.
27	29/11/2013	Moção Apoio ao Prêmio do Teatro Brasileiro	Ministra da Cultura, Presidente da Câmara, Presidente do Senado e FUNARTE	Os delegados e delegadas da III CNC, pedem a urgente incorporação do Prêmio do Teatro Brasileiro, elaborado pela antiga Câmara Setorial de Teatro em 2006, ao Pró-Cultura e a sua imediata viabilização.
28	29/11/2013	Aprovação da regulamentação da Profissão de Artesão	Ministério da Cultura	Solicita empenho político das lideranças do MINC para aprovação do PL: 7755/2010 que regulamenta a profissão de artesão.
29	29/11/2013	Fórum Permanente dos Artesãos Brasileiros	Ministérios, Estados e Municípios, Sociedade Civil Organizada de Artesãos	Criação de um fórum permanente com a Sociedade Civil Organizada de Artesãos, Estados e Municípios e todos os Ministérios que desenvolvem ações direcionadas para os artesãos e o artesanato com vistas a traçar, propor e desenvolver estratégias conjuntas para o desenvolvimento e fortalecimento do Setor Artesanal Brasileiro.
30	30/11/2013	Ampliação do Custo Amazônico	MINC	Embora tenha sido a proposta mais votada na 2ª CNC, em 2010, a única ação do MINC em relação ao custo amazônico foi a pontuação diferenciada em 2 editais e Programa Amazônia Cultural. Por esse motivo, exigimos a implantação de política eficaz para região amazônica com: 1º Considerar em todas as ações do MINC que os custos de produção artística e cultural são 30% mais caras na Amazônia. 2º Garantir percentual de orçamento de financiamento cultural para artistas e culturas dos 9 estados amazônicos.
31	30/11/2013	Colegiado Audiovisual do CNPC	CNPC	Considerando a importância e intercâmbio das diferentes manifestações artísticas e culturais. Considerando a valorização de todas as áreas da sociedade civil com representação no CNPC; e considerando a ampla e profícua participação da sociedade civil no CNPC, solicitamos, por meio dessa moção, a imediata constituição do Colegiado Setorial do Audiovisual no CNPC.

33	30/11/2013	Denúncia do povo Tapeba (Ceará - processo 6792 MP)	Ministério Público	Os delegados abaixo assinados, apresentam a moção de repúdio ao Ministério Público no Ceará, que não se manifesta sobre as denúncias de extração e uso indevido da terra indígena - Tapeba, já demarcada no estado do Ceará. As irregularidades ocorrem a meses, tendo protocolo de denúncia processo nº 6792 de 05/09/2013. Registra-se que até o momento, nenhuma averiguação foi feita para resolver a situação, portanto, por este meio, solicitamos urgência na ação de averiguação das irregularidades nas terras indígenas do povo Tapeba, antes que aconteçam fatos mais graves por ter risco de vida para os nativos que defendem suas terras. Este exemplo do povo indígena no Ceará, acontece em todo país, que os nativos sofrem com a degradação ambiental dentro das aldeias e em áreas demarcadas. E o descaso do Poder Público que tem um processo moroso nas ações de averiguação judicial. (Pará)
34	30/11/2013	Direito das Delegadas Mães e Pais	MINC	Exigimos que o MINC assegure tratamento especial aos delegados mães e pais, com filhos menores de 3 anos de idade, quando da realização das próximas conferências nacionais de cultura, reuniões de colegiados setoriais e seminários. Este tratamento deveria conter espaço para amamentação, ambiente infantil e alojamento adaptado para recebimento de crianças.
35	30/11/2013	Moção de Repúdio	MINC	Moção relacionada ao Eixo 1, Sub-eixo 1.1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais / Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de Acordo com os Princípios Constitucionais do SNC. Eixo 2, Sub-eixo 1.4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Meta 5 - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das unidades da federação e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovados. Repudiar o retrocesso à implementação do SNC, pois algumas unidades da federação extinguíram secretaria de estado de cultura (caso de Tocantins) e Subsecretaria do Patrimônio Cultural (caso do Espírito Santo).
36	30/11/2013	Museu da Umbanda - Cachoeiras de Macau - RJ	MINC	Cachoeiras de Macau-RJ sedia, atualmente, a instituição religiosa conhecida como "Tenda espírita Nossa Senhora da Piedade", que em 1908, quando funcionava na região de Neves, município de São Gonçalo-RJ, lugar onde, historicamente surgia a Umbanda, por meio do médium Zélio Fernandino de Moraes. A ideia do museu é funcionar como espaço cultural de visitação aberta, onde ocorrerão atividades que possam contribuir com o enriquecimento cultural e o combate ao preconceito acerca da Umbanda, uma religião brasileira difundida no mundo inteiro, além de sediar um acervo de exposição permanente, biblioteca e espaço para conferências, palestras e outros. Curta a página no facebook: Museu da Umbanda - Cachoeiras de Macacu.
37	30/11/2013	Colegiado dos Museus no CNPC	CNPC	Considerando a importância e intercâmbio das diferentes manifestações artísticas e culturais. Considerando a valorização de todas as áreas da sociedade civil com representação no CNPC; considerando a isonomia de todas as áreas no CNPC; considerando a ampla e profícua participação da Sociedade Civil no CNPC; solicitamos por meio dessa moção, a imediata constituição do colegiado setorial dos museus no CNPC.
38	30/11/2013	Controle Social e Impactos dos Pontos de Cultura	Secretaria Nacional de Cidadania e Diversidade Cultural	Os direitos culturais no Brasil tornou-se um conceito que evidência um conjunto de práticas associadas ao campo das políticas culturais desenvolvidas por diferentes setores e esferas governamentais da cultura do país. A presente moção pretende reforçar a dimensão da ampliação desses direitos e propõe que o estado brasileiro para além do cumprimento de metas físico-orçamentárias, tenha estratégias concretas para efetivar e qualificar o controle social na gestão compartilhada dos pontos de cultura e na avaliação do impacto das iniciativas nas comunidades.

39	30/11/2013	Alteração Lei 8666/93	Congresso Nacional	Alterar a Lei 8666, no seu artigo 13, parágrafo primeiro, substituindo a palavra "preferencialmente" por "obrigatoriamente", por considerar a modalidade "concurso público" a mais apropriada para seleção de projetos arquitetônicos e urbanísticos para garantir a diversidade regional e a qualidade dos espaços arquitetônicos e urbanísticos.
40	30/11/2013	Investimentos em Moda Afro-Brasileira	MINC	Fomentar toda a cadeia produtiva da moda afro-brasileira e de outros produtos dos povos e comunidades de matriz africana, garantindo investimentos em capacitação para o empreendedorismo e na comercialização desses produtos, por meio da realização de feira de produtos da moda afro-brasileira em todos os Estados da Federação com atenção a questão de gênero.
41	29/11/2013	Legalização e Aprovação da PEC 150	Câmara dos Deputados	Com esta solicitação se apela e exige a legalização, aprovação e normalização, em caráter de vigência, da PEC 150. E, dentro dos conformes do projeto que, tramita em fase de aprovação como lei federal.
42	30/11/2013	Repúdio à Comissão Organizadora	Alessandra Costa Gomes	Moção de repúdio ao péssimo atendimento a todos os delegados participantes da III Conferência Nacional de Cultura com relação, principalmente, à falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou baixa mobilidade. Repúdio à falta de responsabilidade com relação ao devido acompanhamento, por parte da comissão organizadora, para com pessoas que tenham necessitado de serviços de urgência e emergência em hospital, como no meu caso, que sofri um acidente nas dependências do evento cultural, ficando com uma perna presa em um assoalho, sendo atendida somente pela brigada de incêndio e a pessoa da comissão organizadora (representada no momento por Isabele) apenas se ofereceu para ir à ambulância, ficou de buscar no hospital e não mais apareceu. Repúdio à falta de respeito para com os delegados que prestaram excelentes trabalhos nas Conferências Municipais e Estaduais e chegaram na Nacional e foram tratados de forma indiferente e desumana pela comissão organizadora do evento. Repúdio pela falta de bom senso da comissão organizadora por falta de banheiros químicos nos eventos culturais, que só foram providenciados após meu acidente. Repúdio ao serviço de transporte que só fica disponível até um dado horário e quem optar pela programação cultural do evento, acabará ficando com o deslocamento comprometido, por falta de transporte. Repúdio por termos sido jogados à própria sorte nos hotéis, nos deslocamentos e nos cuidados de saúde e segurança.
43	29/11/2013	Criação do estatuto do Circense	Carlos Augusto Peixoto	Visando beneficiar o circense em todo território nacional, com facilidades que possam garantir os direitos constitucionais, e que se solicita a criação urgente do estatuto do circense. Tal como existe em outros segmentos sociais.
44	30/11/2013	Implantar a carta de princípios da setorial do patrimônio imaterial	Ministério da Cultura e Câmara dos Deputados	Esta moção é referente à solicitação de implantação da carta de princípios elaborada pelos delegados das regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-oeste, da Setorial de Patrimônio Imaterial. Com objetivo de desenvolver políticas culturais que visam estratégias, critérios e ações para a formulação e desenvolvimento do Plano Nacional do patrimônio imaterial que trabalha pelo reconhecimento e preservação das manifestações culturais imateriais do povo brasileiro, em todas as suas formas de expressões.

45	29/11/2013	Criação da Lei de Fomento para as Artes Cênicas	Câmara dos Deputados	Se pretende obter as garantias para que através de uma lei federal de fomento para as artes cênicas, se possa valorizar e beneficiar todos os trabalhadores das culturas desta área, onde se propõe que em separado das demais deste setor cultural cada área específica seja favorecida e tenha as garantias de fundo de reserva financeiro, com um fomento para fins de manter a continuidade das diversidades culturais deste setor. E, que vigore esta lei para todo território nacional, garantindo os editais populares.
46	29/11/2013	Criação da Lei do Couvert Artístico para Músicos	Câmara dos Deputados	Tal como já em processo de avaliação e votação da lei do couvert artístico para os músicos em todo território nacional. Se apela para que o músico tenha as garantias no exercício de suas funções, onde possa ser favorecido com o repasse deste valor, que atualmente faz parte somente de um direito dos proprietários de casas de espetáculos. Se pede a legalização desta lei do couvert, para que o mercado de trabalho do músico brasileiro possa ser beneficiado e expandido sem os dessabores. Se pretende que cotas de participação faça parte deste trâmite nos espaços de shows, tais como em: bares, boates etc.
47		Inventário e Registro do Circo Tradicional Brasileiro como Patrimônio Cultural Imaterial	MinC e IPHAN	Que seja elaborado o inventário e o registro do circo tradicional brasileiro como patrimônio cultural imaterial, tendo como garantia de salvaguarda a destinação de locais apropriados para as temporadas circenses em todos os Estados e Municípios do país, garantindo o acesso de todo o povo brasileiro à arte circense, promovendo a difusão e continuidade desse bem cultural.
48		Saci Pererê para Mascote das Paralimpíadas de 2016	MEC	Considerando que em 2016 haverá a realização das Olimpíadas no Brasil, e junto com ela as Paralimpíadas, nós, abaixo assinados, pedimos para que o saci pererê, grande ícone da cultura brasileira, seja eleito como o mascote das paralimpíadas.
49		Cadastro Jornais e Revistas de Cultura	MinC	O objetivo dessa moção é que os jornais especializados em cultura, assim como as revistas, sejam cadastrados e indicados ao SECOM pelo Ministério da Cultura que deverá divulgar nestes veículos de comunicação, seus editais, seminários e todas as iniciativas e atividades relacionadas à cultura.

50	30/11/2013	Moção de Aplausos - Homenagem III CNC à Iyá Mukumbi (mãe Vilma Oliveira - Paraná)	Minc / FCP	Nós, delegados e demais participantes da III CNC, rendemos nossa homenagem a Iya Mukumby - Mãe Vilma (Paraná), em forma de aplausos, reconhecendo, ainda que "in memoriam", por todos seus atos e contribuições para visibilidade e fortalecimento da cultura, em especial, a que se refere às tradições de matrizes africanas. Pedimos ao MINC e a Fundação Cultural Palmares, que registrem nos anais dessa conferência, nosso respeito, gratidão e carinho por quem, tantas vezes lutou ao nosso lado, pelas diversas plenárias de constituição de políticas públicas para um coletivo, no qual a máxima identidade é brasileira e nessa está presente, nas "veias" de cada um o legado dos povos tradicionais, nesse caso, o de matriz africana. Essa plenária, nesse momento, aplaude de pé seu trabalho para que num gesto simbólico sua memória esteja sempre viva e para que nós representantes da cultura tenhamos a força e fé necessários no caminho de preservar, manter seu legado cultural nesse país chamado Brasil!
51	30/11/2013	Abondo de equipamentos Culturais	Ministério da Cultura	Esta moção se estabelece como repúdio aos Governos Federal, Estaduais e Municipais por abandonarem diversos equipamentos culturais em diversas regiões do interior do Brasil (teatros, cinetatos, centros culturais, museus, entre outros similares). A exemplo disso, citamos o cineteatro Plaza (Maringá-PR), o cineteatro Imperial (Lapa-PR) e o Espaço das Américas (Foz do Iguaçu-PR). A sugestão para esta questão pode ser a constituição de um fundo para essa finalidade.
52	30/11/2013	Memória do Design Nacional	Gabinete da Ministra da Cultura	Os delegados da III Conferência Nacional de Cultura reunidos em Brasília no período de 27 de novembro a 01 de dezembro de 2013, com o objetivo de valorizar e fomentar as iniciativas culturais, pleiteamos a criação do Centro de Memória do Design Brasileiro, com a função de documentação e formação de acervo histórico sobre a produção de design no país. Consideramos importante que o equipamento público possua toda a infraestrutura necessária para a catalogação e conservação das obras de natureza material, gráfica, e digital. Seria função do Centro de Memória do Design Brasileiro (CMDB) a formação e conservação de acervos, difusão de memória, realizar exposições nacionais e internacionais sobre design, consagrar produtos brasileiros como destaque e referências do design nacional, sempre com livre acesso aos cidadãos brasileiros em todas as atividades realizadas e conteúdos do acervo.
53	29/11/2013	Disseminação e Reconhecimento do Design	Secretaria de Economia Criativa	O design contribui e está presente em todas as linguagens da cultura, e sob esta visão, no sentido de oferecer alternativas que viabilizem a compreensão social no tocante ao Design para formação das próximas gerações, e desta forma propõe: 1- Inserção do design como componente dos programas e projetos educacionais para: - Estabelecer a diferença entre design e outros segmentos da cultura, a partir da base educacional; - Formação e capacitação/ensino, oficinas culturais periódicas, contendo o arcabouço da cultura local, regional ou étnica, tais como Artes Funcionais e Design; - Criação de cursos itinerantes de Design Social, contratando e enviando mestres, designers e educadores culturais às comunidades; - Inserção e participação de profissionais com comprovada experiência, ligados à cultura nativa para aprimoramento e formação de núcleos culturais permanentes para disseminação da cultura; - Promover a iniciativa governamental de inserir nos editais a nomeação (autoria) de projetos onde a participação do Design tenha relevância, para efeito de preservação da memória do design.

54	30/11/2013	Moção de Apoio à PEC 150/2003	Camãra/senado/M inC/Congresso/Pre sidência	Nós delegados da III Conferência Nacional de Cultura, queremos expressar através desta moção, a necessidade de aprovação imediata da proposta de emenda à constuição (PEC 150/2003) que destina recursos da união , estados e municípios para a cultura. A PEC 150/2003 propõe uma vinculação mínima de 2% (união), 1,5% (Estados e Distrito Federal) e 1% (Municípios).
55	30/11/2013		Governo e Congresso Nacional	A nova Lei 12.690 insere as cooperativas de trabalho dentro do regime de contratação CLT. As cooperativas culturais, que são consideradas de trabalho, passam a ser regulamentadas por esta Lei. Isso fere a natureza de organização das cooperativas culturais, uma vez que artistas e produtores culturais não são funcionários de empresas, mas autônomos que se organizaram em cooperativas para assegurar a legitimidade formal de seus trabalhos.Pedimos, pelos motivos apresentados , que o Governo Federal , coloque um item na lei , retirando as cooperativas culturais desta determinação ou que as cooperativas culturais possam criar sua própria legislação, a exemplo das cooperativas de médicos e taxistas.
56	30/11/2013	Apoio a as ações de fomento para arquivos	Ministério da Cultura	Solicitar ao MinC que promova ações de fomento financeiro (programas, convênios, parcerias, fundos etc), voltados para instituições custodiadoras de acervos documentais e bibliográficas para custeio de atividades de estrutura básica visando tratamento , preservação, digitalização e criação de estrutura tecnológica que viabilizem o acesso à documentos de arquivo, como meio de garantir os direitos assegurados pela LAI- Lei de Acesso à Informação.
57	30/11/2013	Pela Isenção de PIS/COFISN para as Cooperativas	Governo Federal e Congresso Nacional para as Cooperativas	A incidência de PIS/COFINS sobre as cooperativas de artistas, técnicos, produtores e demais profissionais autônomos da produção cultural, as está asfixiando e impedindo a criação de novas dessas cooperativas impele seus sócias a regredir às condições de informalidade nas relações de trabalho, e é descumprimento da prescrição constitucional que determina que o Estado incentive a organização em cooperativas. Apelamos pela aprovação e sanção de emenda 49 medida provisória 627, que garante insecção de PIS/COFINS a essas cooperativas, e as assegura como instrumento importante para a conquista de condições de plena cidadania por parte de seus sócios e para formalização de suas relações de trabalho e para sua incorporação ao sistema de seguridade social.

58	30/11/2013	A criança e a Cultura	Ministério da Cultura	<p>Moção sugerindo ao MinC ações culturais voltadas ao público infantil nas diversas áreas, editais para festivais de música e de teatro, concursos mirins de literatura e desenho, formação de corais infantis, etc. Percebendo as manifestações dos mais diversos grupos no sentido de assegurar a preservação e o desenvolvimento de suas culturas. No entanto, existe uma lacuna na que se refere o preparo básico do ser humano sobre o que é a cultura e a sua importância no contexto social, que resulta na não valorização de toda a nossa riqueza cultural por grande parte da população. Teatros e museus vazios, falta de plateia nos eventos, desreio à cultura popular entre outros exemplos é o resultado do não preparo, da não educação de base para sermos seres culturalmente mais desenvolvidos. Nossa moção sugere que sejam refletidas e propostas mais ações voltadas para o público infantil, incluindo edições específicas nas diversas áreas como música, artes cênicas, artes visuais, artes plásticas, áudio visual, cultura popular, literatura entre outras, visando sensibilizar, informar e ampliar o acesso cultural às nossas crianças. Explique-se que, quando sugerimos ações voltadas para o público infantil, nos referimos a eventos produzidos por adultos tendo a criança como público alvo. O que, porém, não elimina a possibilidade da participação da criança em alguns destes eventos, por exemplo, festivais, de música (interpretes vocais e instrumentais), concursos mirins de literatura ou desenho, corais infantis, peça teatrais, etc. Se desde cedo aprendemos sobre a cultura e a ela tivermos acesso, certamente nos tornaremos seres mais evoluídos nesta esfera. Os governantes e dirigentes culturais do futuro saberão atuar com mais sensibilidade e conhecimento de causa e, tanto o artista como a população de modo geral vivenciarão a cultura de modo mais dinâmico e consciente.</p>
59	30/11/2013	Universidade Aldeia Maracanã	Ministério da Cultura	<p>Cerca de 20 etnias originárias do Brasil ocupam a Aldeia Maracanã. São muitos os desafios para que esse território se reafirme culturalmente no sentido da criação do projeto Universidade Indígena. Aldeia Maracanã, de difusão, preservação e perpetuação das nossas culturas e línguas. Mas, resistimos e na luta aprendemos, fazendo com que o sonho coletivo já seja real no cotidiano da Aldeia. Em 12 de janeiro de 2013, resistimos à tentativa de invasão da tropa de choque da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. No dia 22 de março, a PM, de forma violenta, nos expulsou da Aldeia. Mas a nossa luta se espalhou sendo um vetor importante das jornadas de junho, criando um novo contexto político favorável à retomada que se concretizou no dia 5 de agosto. A retomada da Aldeia Maracanã que ocorreu tem importância fundamental para a resistência popular às remoções arbitrárias, à produção social de uma cidade global de exceção da Copa e das Olimpíadas entre outros megaeventos internacionais e aos imperativos do desenvolvimento capitalista. Agora é a hora de comemorar, cantar, bater 'marará' e reforçar a luta, a resistência e a construção desta Universidade Intercultural Indígena, mas também popular. Aldeia Maracanã (r)existe por isso nós delegados da III CNC assinamos esta moção, reivindicando o compromisso dos governos na destinação efetiva da área dos povos remanescentes e a imediata construção da Universidade.</p>

60	30/11/2013	Apoio a Lei do Vaqueiro	Presidente	<p>Nós, delegados da III Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília, no período de 27 de novembro a 01 de dezembro de 2013, assinamos esta moção reivindicando a sanção presidencial da PLC 83/2011 (Lei do Vaqueiro) já aprovada na Câmara dos deputados federais e Senado Federal, considerando o Vaqueiro mestre de diversos saberes, responsável pelo desdobramento e fundação de muitas das primeiras cidades brasileiras, em especial do nordeste, considerando que o vaqueiro é protagonista influente na economia da pecuária do país , considerando que, ainda assim, ele não é reconhecido como profissional destituído do direito de aposentadoria. Necessário se faz corrigir essa injustiça histórica. Diante do exposto, decidimos manifestar moção de apoio ao reconhecimento e regulamentação da profissão de vaqueiro.</p>
61	30/11/2013	Responsabilização Judicial de Casa Histórica em Campo Largo -PR	Ministério Público do Paraná	<p>Esta moção pretende responsabilizar judicialmente os gestores públicos ligados à demolição de uma edificação histórica, localizada num parque público na cidade de Campo Largo-PR. Esta casa foi utilizada para fins diversos, em boa parte dos últimos 150-170 anos, sobretudo por trabalhadores ligados à colheita e beneficiamento de erva-mate e, mais tarde, à colheita e cultivo de uvas. A casa foi derrubada sem critérios técnicos consistentes que pudessem pautar sua restauração, e a justificativa de que " não existe um levantamento comprovado de sujeitos históricos ou fatos históricos que estejam ligados ao imóvel" , depõe contra esse histórico de usos de ocupações supra citados e corresponde a uma visão elitista e historiograficamente equivocada. Consideramos que a demolição desta casa, por sua importância material e imaterial foi um atentado à memória e à história da cidade de Campo Largo, do Paraná e do Brasil, um lamentável ato contra o patrimônio cultural brasileiro. Esta moção solicita, tendo o caso acima como exemplo que os poderes executivo e legislativo federais criem um mecanismo legal de responsabilização judicial dos gestores públicos que autorizam a destruição do patrimônio edificado público não protegido por leis de tombamento, exigindo também medidas compensatórias nesses casos .</p>
62	30/11/2013	Implementação das Escolas Técnicas e em Graduação em Artes Cênicas	MEC	<p>O olhar da educação para artistas e técnicos em artes circenses é de fundamental importância para o progresso intelectual destes indivíduos que poderão vislumbrar metas e planejamentos adequados para sua atividade, bem como capacitá-los a uma gestão empreendedora do "negócio circo". A educação na vida do circense tradicional, abrirá novos horizontes proporcionando desenvolvimento, abrirá novos horizontes proporcionando, desenvolvimento, fomento, empreendedorismo para a atividade e o resgate a cidadania deste artistas. Ainda por tratar-se esta arte a primeira expressão artística, concluímos; uma dívida histórica com este segmento, existe. O circo resistiu a evolução da tecnologia e do crescimento e surgimento de outras expressões artísticas e culturais. Precisam do apoio intelectual para competirem no mercado de entretenimento. O resgate, a valorização do artista se dará quando sua profissão oferecer cursos reconhecidos pelo MEC na área técnica e de graduação artes circenses. Por acreditarmos que o desenvolvimento do circo brasileiro está na qualificação do profissional, assinamos a presente moção.</p>

63	30/11/2013	Política de Preservação do Patrimônio Ferroviário	Ministério da Cultura /IPHAN/IBRAM	Considerando que a cartografia do patrimônio ferroviário brasileiro está sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, missão que lhe foi atribuída logo da privatização das Redes de Ferrovias e (comissão?) privada da América Latina Logística -ALL. Considerando que há uma série de Estados ferroviários, trilhas e artefatos ligados à antiga RFFSA, negligenciado e abandonado em todo território nacional. Considerando a urgência de se pensar uma política nacional sobre o patrimônio ferroviário que privilegia a responsabilização desses espaços de memória pelo poder público em prol do desenvolvimento de preservação da cultura e das manifestações artísticas que envolvem o patrimônio material. Considerando que esse espaço estações e vila ferroviárias encontram-se abandonados e de que há necessária urgência em reencaminhar uma política de estado para a requalificação, resignificação e ocupação cultural para aproveitamento desse patrimônio cultural material que possui interface com o patrimônio cultural, material já esse para estações ferroviárias foram e são referências culturais e espaços de memória reconhecidos pela sociedade.
64	30/11/2013	Apoio ao Movimento Nacional pela a Autonomia da Dança	Ministério da Cultura	Nós delegados da III Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília entre 28/11 e 01/12/2013 assinamos a moção de apoio ao movimento nacional "Pela Autonomia da dança" e que diz respeito às suas especificidades artísticas como campo de conhecimento; no ensino formal e não formal e na garantia de seus espaços de representantes de gestão.
65	30/11/2013	Implementação dos Planos Setoriais de Cultura	Ministério da Cultura	Nós delegados e delegadas da III Conferência Nacional de Cultura, reivindicamos a imediata implementação dos planos setoriais de cultura do CNPC.
66	30/11/2013	Contra Aprovação PL 4699/2012	Congresso Nacional	Nós delegados da III Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília, no período de 27/11 a 01/12/2013, assinamos a moção contra a aprovação do projeto de Lei 4699/2012. Tal projeto de lei, se aprovado cerceará o direito de artistas, Licenciados e Bacharéis de ministrarem as disciplinas de História da Arte, do ensino das artes da história das áreas específicas correlatas como dança, teatro, artes visuais, audiovisual, cinema, design, música entre outros.
67	30/11/2013	Aldeia de Arcozelo - O Sonho Nacional de Cultura de Paschoal Carlos Magno	Funarte/MinC/Governo do Rio/Prefeitura de Paty dos Alferes	Proponho à mesa da III Conferência Nacional de Cultura, Brasília -DF, como membro da Delegação do Rio de Janeiro, Secretário de Cultura de Paty dos Alferes ouvida a Plenária, que seja encaminhada e aprovada. Ao convênio Tripartite; já celebrado entre FUNARTE, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura de Paty dos Alferes, para reforma, restauração, manutenção e desenvolvimento de projeto de revitalização e ocupação da Aldeia de Arcozelo, centro cultural em Paty dos Alferes- Estado do Rio de Janeiro, vinculado à FUNARTE, criado pelo grande animador paschoal Carlos Magno. Para que seja materializado saindo do papel e tome forma para que a obra de Paschoal Carlos Magno, uma grande referência e resiliência nacional de cultura não seja destruída pelo tempo, como já aconteceu em 1984.

68	30/11/2013	Pelo Direito de Acessibilidade	Minsitério da Cultura/CNPC	Esta moção traz um contundente protesto contra uma grave falha da produção desta III Conferência Nacional de Cultura, no quesito do direito da acessibilidade. Saibam todos e todas que nós, gordos e gordas, delegados e delegadas desta conferência, fomos prejudicados no nosso direito de acesso ao interior das camisas entregues no KIT da Conferência. Fora o constrangimento causado por esta grande falha, ainda corremos o risco de sermos obrigados a ocupar o tempo dos bravos soldados do fogo, para resgatar das respectivas camisas, os gordos e gordas mais afoitos, que teimaram em ignorar as dificuldades de acesso ao interior das camisas.
69	30/11/2013	Vale Cultura para Todos	Ministério da Cultura	Os delegados convidados e observadores do III Conferência Nacional de Cultura, reivindicam a ampliação da base de benefícios e de fornecedores do sistema vale cultura. Atualmente o vale cultura é limitado aos trabalhadores formais que recebem até 05 (cinco) salários mínimos e deve incluir como público-alvo, os aposentados as pessoas com deficiência, baixa renda e outras grupos sociais. Há necessidade de doação de mecanismos que permitam que grupos, comunidades e povos tradicionais e populares, artistas de rua, pontos de cultura e de memória, cineclubes, artesãos, microempreendedores, associações comunitárias possam ser fornecedores de bens culturais e serviços nesse sistema.
70	30/11/2013	Defesa do Estatuto de Museus	Minc e Presidência da República	Nós participantes da III Conferência Nacional de Cultura apoiamos a ministra Martha Suplicy e a Presidenta da República Dilma Rouseff pela publicação do Decreto nº 8124/2013, que regulamenta o Estatuto de Museus. Repudiamos os ataques que o MinC vem sofrendo de setores de mercado das artes, tentando subordinar as políticas públicas de patrimônio cultural aos interesses privados. Solicitamos ao MinC: - Que o Ministério da Cultura não modifique o texto do decreto, em especial no que diz respeito à declaração de "interesse público"; -Que não nomeie para o Conselho do Patrimônio Museológico ninguém que tenha vínculos com o mercado; -Que mantenha a linha de não subordinar as políticas públicas aos interesses do mercado; -Que o Estatuto de Museus é uma Conquista democrática do setor museológico e da memória; -Que fortaleça a ação de ampliação de acesso e democratização dos bens culturais para cidadania; - Que respeite a luta do setor museológico e da memória.
71	29/11/2013	Supressão do Item C (na introdução do texto-base) da III CNC	Ministério da Cultura	A favor da supressão do item C (na introdução) do texto-base da III CNC, por priorizar e caracterizar a centralização de recursos para grandes centros urbanos, valorizando megaeventos como a copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, reforçando práticas com caráter de "higienização social", implícitas para realização desses eventos. Ao mesmo tempo, o conceito de <i>soft power</i> reforça matrizes estrangeiras de pensamento, deixando de lado conceitos similares de origem brasileira.
72	30/11/2013	Institucionalizar a cafeína como patrimônio	IPHAN	A cultura como Patrimônio mundial cultural material e imaterial. Sendo um produto histórico-cultural piauiense e sendo comercializado em todo o território brasileiro e também no exterior. Necessita de reconhecimento como patrimônio material e imaterial.
73	30/11/2013	Colegiado Setorial de Expressões Culturais LGBTT	Ministério da Cultura	Levando em consideração a existência de uma cultura específica LGBTT, propomos a criação do Colegiado Setorial de Expressões Culturais LGBTT no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), para combater a marginalização dessas expressões e valorizá-las por meio de políticas públicas.

74	30/11/2013	Dança Inclusiva	Minc e CNPC	Os delegados reunidos na III Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, nesta data, aprovam moção de apoio solicitando ao MinC e ao CNPC a criação de uma linha de formação continuada para pessoas com deficiência aprenderem e terem acesso ao aprendizado de dança e teatro.
75	30/11/2013	Moção de Defesa dos Produtos Rurais Gastronômicos	MinC	Muitos produtos rurais gastronômicos do patrimônio imaterial oriundos dos saberes e fazeres tradicionais estão em processo de extinção por conta principalmente da legislação sanitária. Requeremos que o MinC atue junto, especialmente, à ANVISA na articulação, discussão e aprovação de legislação específica que garanta a produção e comercialização dos produtos rurais gastronômicos que são artesanais e familiares.
76	30/11/2013	Formação da Rede Nacional de Gestores Municipais	MinC	Um dos desafios para a plena implantação e funcionamento do SNC está na gestão, especialmente nos municípios. Os gestores municipais de cultura são, juntamente com a sociedade civil, os responsáveis pela sensibilização de prefeitos(as) para a necessidade de uma política afirmativa, concreta e democrática para a cultura. A experiência da Associação dos Dirigentes Municipais de cultura da Bahia - ADIMCBA e outros coletivos semelhantes (Conselhos, fóruns e colegiados), comprovam que a articulação dos gestores municipais em rede é fundamental para a formação destes e para a construção de estratégias em prol do SNC, notadamente em seu caráter municipal. Assim, faz-se necessária a formação de uma rede nacional de gestores municipais de cultura, promovendo o intercâmbio entre os municípios brasileiros e a qualificação e formação destes gestores, preparando-os para a implantação dos sistemas municipais e para o convencimento da urgência da aprovação da PEC 150, assegurando, dessa forma, os repasses de recurso fundo a fundo, garantindo o financiamento e o fomento à cultura, voltados às realidades locais.
77	30/11/2013	Direito de Dançar a Dois	Ministério da Cultura	Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e motivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Nós, delegados da III CNC, solicitamos através desta moção as seguintes propostas: 1) Criar a semana nacional de dança de salão, dando suporte a todos os seus estados para a realização de seus eventos. 2) Formação continuada, na questão da acessibilidade, para que os profissionais tenham condições de fazer com que a dança cumpra seu papel de inclusão social, sem excluir, nem segregar, mas unir. 3) Fazer com que a dança faça parte do currículo escolar, respeitando a diversidade de cada local, desenvolvendo estilos com: samba, rock, samba de gafieira, forró, bolero, lamba funkeado, salsa etc.
78	30/11/2013	Tombamento do Festival de Yemanjá	Ministério da Cultura	O festival de Yemanjá no Pará foi fundado em dezembro de 1971 e em 1986 foi fundada a associação dos amigos de Yemanjá. Desde o ano passado, o coordenador do evento, alegando falta de recurso, determinou o fim do festival de Yemanjá. Os afrorreligiosos do estado do Pará e do Brasil clamam o tombamento do evento como patrimônio cultural e imaterial da cidade e do estado do Pará. Salve o Festival de Yemanjá! Reinvidicamos o tombamento, bem como a garantia do compromisso social de realização do evento anual no dia 07/12 dos anos vindouros.
79	30/11/2013	Pela Efetivação Imediata do F.S.A nas regiões N.N.R.O	Não há	Moção pela efetivação imediata da regionalização do Fundo Setorial do Audiovisual - F.S.A, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através da Agência Nacional de Cinema - ANCINE. É pertinente a questão ser pontuada na III CNC, pois as regiões citadas não acessam os recursos deste fundo. Destacamos ser indispensável o acesso a este fundamental instrumento para o desenvolvimento e democratização do audiovisual brasileiro.

80	30/11/2013	Cultura Hip-Hop, Cultura Popular	MinC e Secretaria de Cultura	A cultura Hip-Hop vem, através desta moção, solicitar o reconhecimento das políticas públicas desta nação que estão relacionadas aqui na III CNC, que tratam da diversidade cultural, assim, reconhecendo, a cultura hip-hop como cultural popular.
81	30/11/2013	Regulamenta o Projeto de Lei do Artesão	MinC	Projeto de lei do artesão: Dispõe sobre a profissão de artesão com o objetivo de valorizar a identidade e cultura nacional. Já aprovado na comissão de cultura, regulamentar esta lei.
88	30/11/2013	Indicação de relator para votação da Lei Cultura Viva	Senador Vital Rego - Pres. Comissão de Constituição e Justiça	Pela Lei Cultura Viva, nós, delegados da III CNC, solicitamos ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Vital Rêgo, que coloque em regime de urgência a indicação do relator para a votação do PLC 70/2013 - LEI CULTURA VIVA.
89	30/11/2013	Votação no Senado da Lei Cultura Viva	Presidência do Senado - Renan Calheiros	Nós, delegados da III CNC, solicitamos ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, a votação no plenário do senado em regime de urgência da PLC 70/2013 - LEI CULTURA VIVA.
90	30/11/2013	Aprovação e Sanção do Projeto de Lei que cria o PNLL	Ministério da Cultura e Câmara dos Deputados	Para assegurar a leitura como um direito social básico, pressuposto para o pleno exercício da cidadania, a plenária da III Conferência Nacional de Cultura cobra do Ministério da Cultura e da Educação o envio do projeto de lei que institui o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, para aprovação no Congresso Nacional e sanção Presidencial. A institucionalização do PNLL como política pública de estado, na forma da lei, garante a democratização do acesso ao livro, a leitura e difusão da literatura. O fomento da circulação da biodiversidade brasileira, com vistas à formação de uma nação de leitores.
91	30/11/2013	Mudança na denominação de "Cidade Histórica"	Ministério da Cultura e IPHAN	Visto que toda cidade tem o seu desenvolvimento histórico, específico que a caracteriza, nós, delegados da III CNC, reunidos entre 28/11/2013 e 01º/12/2013, assinamos a moção pela imediata retirada da denominação de "cidades históricas" nas referências existentes no Sistema Nacional de Cultura e no Sistema do Patrimônio Cultural, bem como nas ações, projetos e programas governamentais que têm como objeto as cidades que possuem conjuntos urbanos tombados e a substituição dessa denominação por outra mais adequada, nesses casos.
92	30/11/2013	Fomento aos Estados para a criação de um Plano Nacional de Capoeira	MinC - SNC	Um longo caminho já foi percorrido. A capoeira é hoje um patrimônio imaterial do povo brasileiro. No entanto, os educadores praticantes de capoeira e trabalhadores da cultura entendemos que é preciso mais: Queremos uma linha de fomento específico para a pesquisa, documentação, divulgação, produção, ensino e prática da capoeira. Entendemos que mestre bom é mestre vivo, com condições de exercer e divulgar o seu saber. Sendo assim, reivindicamos a criação de um plano nacional de capoeira mestre Borboleta.
93	30/11/2013	Situação das delegações em Brasília - DF	Direção da III Conferência Nacional de Cultura	Apresentamos um leque de incidentes ocorridos na chegada a Brasília por diversas delegações, consta em anexo o relato comprovando.

94	30/11/2013	Inclusão do Setorial de Cultura Alimentar	MinC	<p>Primeiramente, propomos que o termo "gastronomia" seja substituído pela expressão "cultura alimentar", pelo menos nas políticas públicas deste ministério. Por acreditarmos que, deste modo, aproximamos o diálogo e entendimento das demandas da sociedade civil junto ao poder público, instituição de ensino e outros órgãos oficiais afins, por compreendermos a importância e resistência da cultura alimentar na formação do povo brasileiro, por meio de um complexo sistema simbólico híbrido de raízes indígenas, matrizes africanas e povos imigrantes e, por reconhecer, que a cultura alimentar configura-se em uma expressão cultural interrelacionada ao patrimônio imaterial, cultura e educação, memória, arquitetura, design e outros, que conserva troncos linguísticos e vocabulários ancestrais, conserva técnicas, estéticas, tecnologias, saberes e fazeres e ancestrais; e, ainda, compõe mitologias cosmologias, ditos, medicinas, patelaças, afrorregiões e demais práticas e manifestações culturais. No entanto, devido às políticas deste ministério mostrarem-se insatisfatórias para promover o desenvolvimento, valorização, difusão, circulação, salvaguardas e outras necessidades dessa expressão no país, propomos as inclusões do setorial de cultura alimentar e demais representações em colegiados e afins, a ser gerido de forma democrática descentralizada, respeitando as realidades do país. Para garantir o acesso à cultura, direitos civis, segurança alimentar, sustentabilidade, fomento, investimento em pesquisa, geração de riquezas e compartilhamento de benefícios nas comunidades de origem e, inclusive, o cumprimento dos protocolos internacionais dos ANAIS cujo país é signatário (169 da OII, convenção da diversidade cultural, Agenda 21, Rio + 20, Protocolo de Nagoia, entre outros.</p>
95	29/11/2013	Alteração da Lei 11.091/2005 - Reconhecimento do Produtor	Comissão de Cultura da Câmara Federal e Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em educação	<p>Atualmente, no Brasil, devido à Lei 11.091 de 12 de Janeiro de 2005, o pré-requisito para assumir o cargo de produtor cultural através de concurso público é a graduação em comunicação social. Porém existe uma graduação em produção cultural, a qual, devido a supracitada lei, não é contemplada nos concursos públicos para produtor cultural. Por este motivo, solicitamos o apoio dos senhores delegados que constituem a plenária da III CNC para a alteração da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, anexo II - distribuição dos cargos por nível de classificação e requisitos pra ingresso, redação dada pela Lei nº 11.233 de 2005. Incluindo na formação exigida para o cargo de produtor cultural o curso de graduação em produção cultural. A graduação em produção cultural busca reconhecimento, sendo tal mudança um avanço na sua regulamentação profissional.</p>
96	29/11/2013	Revisão da Lei 8666/93	Congresso Nacional	<p>Venho por meio desta propor a revisão da lei 8666/93, no que diz respeito aos critérios de prestação de contas e aos impedimentos constantes no artigo 9º, em relação à participação do gestor do projeto nos processos de convênios e licitações. Há que se reconhecer que no setor da produção cultural há especificidades que a Lei 8666/93 não contempla, como as dificuldades técnicas dos agentes culturais na comprovação de despesas e a realidade recorrente de que o gestor do projeto cultural é normalmente o executor da ação, o próprio artista, que acaba sendo impedido de subsistir de sua própria arte. Esta preposição também foi elencada como prioridade no eixo 1, subeixo 1.1-26 das discussões da III CNC.</p>

97	30/11/2013	Reconhecimento ao teatro comunitário	Secretaria de Diversidade e Setorial do Teatro	Esta moção visa reconhecer os campos de teatro comunitários com Centros Livres de Cultura Viva
98	30/11/2013	Criar os Sistemas Setoriais das Culturas Indígenas	Congresso Nacional e MinC	Nós, lideranças indígenas presentes, na III Conferência Nacional de Cultura, reivindicamos que seja criado no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, o sistema setorial das culturas indígenas, que deverá ser incluído na PLP 3083-2013. Por quê isso é necessário? Os povos indígenas vêm sofrendo genocídio há 513 (quinhentos e treze) anos. Tiveram suas terras tomadas, seus povos escravizados, o que resultou no extermínio de mais de dez milhões de indígenas. Os prefeitos e governadores de estados e municípios do Brasil são aliados históricos dos ruralistas, madeireiros, mineradores... E quando não são aliados, acabam por desconhecer e pouco valorizar, desmerecendo as riquezas dos povos do Brasil, não incluindo-nos em suas políticas. Por isso, se faz necessária a criação desse sistema setorial, para que chegue aos povos indígenas as políticas culturais, como já acontece com os políticos federais de saúde indígena e de educação indígena. O Brasil tem uma dívida histórica de 513 anos com os novos indígenas. Não podemos mais esperar que os governantes protelem o pagamento dessa dívida. Assim, exigimos a efetivação dos direitos culturais dos povos indígenas. Por isso, contamos com a colaboração de todos.
99	30/11/2013	Criação do Colegiado Setorial de Bibliotecas	Ministério da Cultura	Que o Ministério da Cultura crie o Colegiado setorial de bibliotecas, no âmbito do CNPC, para permitir o debate, a análise, o acompanhamento da definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas ao setor das bibliotecas.
100	30/11/2013	Arquivos Públicos	Ministério da Cultura	Que o Ministério da Cultura fomenta ações com os governos dos Estados, do DF e Municípios que criem e mantenham arquivos públicos visando a preservação do patrimônio documental e o acesso à informação.

101	30/11/2013	Apoio Fórum Aberto de Cultura	MinC, Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura, Conselhos e Fundações de Cultura	<p>Os Fóruns Abertos e Fóruns Permanentes de Cultura são o espaço perfeito para garantir a participação democrática da sociedade civil. Eles são espaços abertos para toda a sociedade, em particular, aqueles que produzem e amam a cultura. A participação nos debates da III CNC nos deu a oportunidade de participar com a prática o diálogo e o debate com nossos companheiros delegados que representam todos os estados e municípios do Brasil. Assim, constatamos que os fóruns têm a maior importância para facilitar o diálogo e o entendimento entre os membros da sociedade civil com o poder público, acelerando, assim, a evolução cultural dos municípios e a implantação real do Sistema Nacional de Cultura. Os fóruns abertos e permanentes de cultura permitem escutar a participação democrática e garantir a gestão dos recursos com transparência, treinar e educar os membros da sociedade civil, aumentando a capacidade de gestão de cultura nos municípios, e permite também diminuir e eliminar os obstáculos que freiam a implementação do SNC. Por isso, solicitamos : Que no Sistema Nacional de Cultura seja contemplada e valorizada formalmente a importância da valorização dos fóruns, passando, desta forma, a ser parte integrante dos elementos constituídos do SNC, instaurando o CPP-F; Criar um canal de comunicação direta com os fóruns para os fóruns instaurados no site do MinC – um blog específico para este propósito; Deixar claro que os fóruns existem a partir do momento em que dois ou mais cidadãos se reunirem para discutir cultura, sem necessidade de possuir CNPJ para isso; Apoio para organizar em Armação de Búzios – RJ o “Primeiro Fórum Brasileiro de Fóruns Abertos e Permanentes de Cultura” em data conveniente.</p>
102	30/11/2013	Garantia das Festas Tradicionais	Ministério da Cultura	<p>Garantir a manutenção de financiamentos das esferas federais, estaduais e municipais das festas tradicionais do Amapá. Marabaixo, Batuque, Zimba e Sairé.</p>
103	30/11/2013	Intervenção do Minc sobre o Petróleo	Ministério da Cultura	<p>Nós, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, diante da aproximação do leilão promovido pela ANP, para a exploração do petróleo e gás natural na região do Vale do Juruá, no estado do Acre, habitado por mais de treze povos. Entre nós, povos não contatados pelo sistema Ocidental. Solicitamos ao Ministério da Cultura a intervenção junto aos Ministérios das Minas e Energia, da Justiça, Ministério Público Federal, Secretaria de Direitos Humanos e Presidência da República para o cumprimento do artigo 231 da Constituição Federal e da 169 da OIT, aos quais não foram respeitados em nenhum momento, uma vez que não foram realizadas audiências públicas, consultas prévias, civis e informadas. Nem, tampouco, a legislação ambiental, que garante 10 km de distância da linha de demarcação dos territórios indígenas, conforme documento anexo. Por fim, comunicamos que a omissão destes órgãos poderá causar um irreparável desastre aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. E para todo o Brasil. Estes territórios indígenas são nossos espaços culturais sagrados.</p>

104	30/11/2013	Reinvidicação da Homologação das Terras Indígenas	MinC/Min. Justiça	Reivindicamos a Ministério da Cultura/Ministério da Justiça a demarcação e homologação urgente das terras tradicionais culturais dos povos indígenas KAIOWA, GUARAN, TERENA, KAINGANG, TUPINAMBÁ. Pois sem terra, não há vida. Sem terra, não há cultura. Pedimos socorro – reivindicamos que com a demarcação e homologação neste ano de 2013, o derramamento de sangue indígena será evitado; sendo que essas terras tradicionais culturais indígenas já possuem estudos antropológicos. Já há a portaria demarcatória de reconhecimento das terras tradicionais culturais indígenas. Essas portarias demarcatórias precisam ser cumpridas com urgência – somente assim teremos de volta realmente a nossa TERRA - VIDA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO
-----	------------	---	-------------------	---